

# Fragilidades de uma sociedade:

em busca de um eu não-perdido  
– Ou os entraves do desenvolvimento nacional

Dacier de Barros e Silva<sup>1</sup>

## Resumo

---

O artigo versa sobre o caráter predominantemente tradicional que alicerça a cultura nacional em seu sentido mais amplo. Assim, os fundamentos ideológicos que plasam, no contemporâneo, as ações políticas, econômicas e sociais independentemente da orientação – esquerda ou direita – por estarem fundados nesta racionalidade tradicional, estão subordinados a esta razão histórica. O conteúdo das linguagens, dos bens simbólicos e das representações construídas, eruditas ou populares, são um ambiente propício para o entendimento desta lógica. Partindo deste pressuposto resgatam-se alguns exemplos da literatura, dos discursos e ações políticas contemporâneos como um campo empírico para discussão e entendimento da questão.

**Palavras-chave:** Tradição. Modernidade. Racionalidade. Ideologia. Representações.

## FRAGILITY OF A SOCIETY: Towards a non-lost me – or the hinderance of national development

## Abstract

---

This article is about the predominantly traditional character that consolidates the national culture in a broader sense. Therefore, the ideological foundations that shape, in contemporary times, the social, economic and political actions independently of the orientation-left or right-by being settled in the traditional rationality reflect that historical reason. The content of the languages, of the symbolic property and of the built representations, scholarly or popular, are favorable environment for the understanding of such logic. Starting from that assumption, it is rescued some examples of the literature, of the talks contemporary political actions as an empirical field for the argument and understanding of the question.

**Keywords:** Tradition. Modernity. Rationality. Ideology. Representations.

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Comunicação Social. Universidade Federal de Pernambuco. Ph.D. em Sociologia do Desenvolvimento na Friedrich Alexander Universität, Nürnberg, Alemanha. [dacier@uol.com.br](mailto:dacier@uol.com.br)

Os bens ideológicos expressos no conjunto de valores que dão sentido aos modelos de comportamentos da vida em sociedade, modelos estes assentados nos ambientes que aferem consistência às identidades social e individual, envolvem todo o acervo das tradições culturais. Esses bens passam a ser imagens psíquicas do inconsciente coletivo e assim servem de inspiração para a construção dos arquétipos estabelecidos nas sociedades. Interpretados pelas linguagens e transmitidos culturalmente, arquitetam a modelagem do homem massa, ou seja, o mundo real. Compreendemos ser esta uma definição síntese do conceito construído e denominado por Habermas como *Lebenswelt* “mundo da vida”. Tal realidade, ou seja, o mundo real, é fruto de uma construção histórica na qual todo e qualquer produto do trabalho, como instrumentos de produção, bens de consumo e mesmo os bens simbólicos que endossam a aceitação ou a rejeição dos valores em sociedade, sintetizam este mundo real, mas ao contrário dos produtos ideológicos, os bens tangíveis refletem outra realidade exterior; possuem uma significação que remete a algo situado fora de si mesmo. O produto do trabalho humano, enquanto razão intrínseca e expressão exclusiva de sua natureza, por si próprio não significa nada além daquilo que o faz coincidir com a sua própria singularidade exteriorizada no valor de uso, mas ao se transformar em imagem signo, de qualquer ordem, já é um produto ideológico construído e ressignificado.

*Além disso, a fenomenologia ontológica, sob o pretexto da finitude, da temporalidade e da historicidade, rouba da razão os seus atributos clássicos: a consciência transcendental deve concretizar-se na prática do mundo da vida, adquirir carne e sangue em encarnações históricas. E a fenomenologia, orientada antropológicamente, acrescenta como meios de incorporação, o corpo, a ação e a linguagem (Habermas, 2000, p. 15).*

Este fenômeno torna possível a ressignificação plena do ser social, reificado ontologicamente em sua razão histórica. Instrumentos de trabalho como a foice e o martelo, por exemplo, no nascimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS – deixaram de possuir o sentido preciso em si para se converterem em função de poder enquanto signo-ideológico. Esta função

representativa do símbolo estava assentada na apologética sublimação do ideal de trabalho proletário enquanto construtor de um pretense mundo igualitário. Esta igualdade momentaneamente idealizada, no entanto, deixou de perceber as diferentes representações ideológicas do próprio valor trabalho. E a própria representação ideológica dos meios de realização da mais valia ficou simbolicamente frágil, uma vez que os tradicionais meios de produção assumiram, no curso histórico, expressões predominantes de sentidos do mundo da vida. O valor trabalho, simbolicamente sintetizado pelos intelectuais daquele movimento, estava desde a sua gênese ideológica, orientadora de sentidos, assentado, pragmaticamente, na tradição.

Um símbolo, em si, pode transitar por diversas naturezas de representações. A cruz suástica, que era a referência sublime de uma antiga crença religiosa asiática, transmuda-se em representação da vaidade política nacional de uma época, para em seguida transformar-se na configuração de um mal universal. Exemplos como este poderiam se multiplicar a uma larga escala de infinitas ressignificações, mas, sem dúvida foram construídas a partir de induções culturais, se tornando aceitos pelos indivíduos sociais.

Exemplos de produtos de consumo que são transformados em signos ideológicos, promotores de comportamentos coletivos e, inversamente, signos que se transformam em produtos de uso podem ser encontrados sem dificuldades. O pão e o vinho tornaram-se símbolo religioso no sacramento cristão da comunhão e, inversamente, a própria imagem de Cristo mercantilmente se transformou em objeto de uso caracterizado de *pop star*, impressa nas camisas dos jovens, nas noites dançantes das urbes, identificando-os como modernos, mas nunca, como iconoclastas.

A marca em nossa sociedade de consumo não só é um distintivo, mas imagem de significado ideológica à qual ela se associa. Assim, ao lado dos fenômenos naturais, dos produtos tecnológicos ou dos artigos de consumo existe um universo particular pleno de sentidos, alheio a sua representação exterior. Dessa forma, todos os produtos naturais, tecnológicos ou de consumo podem se tornar signo, ou seja, identidade representativa, e adquirir um sentido que ultrapasse

sua própria particularidade, sem perder, no entanto, sua própria demarcação como objeto ou coisa. Estes signos, porém, por serem fruto da racionalidade cultural, são, por conseqüência, indutores da natureza dos comportamentos dos indivíduos. Na esfera pública podem resgatar a tradição para alicerçar os valores impregnados de reminiscências alheias às exigências da contemporaneidade ou, a partir de novas roupagens de significantes, tomarem novos sentidos de comportamentos intrínsecos ao espírito da superação, transformando-se em agentes indutores da “destruição construtiva”.

Para entender os alicerces dessas singularidades no mundo contemporâneo, teóricos como J. Habermas, S. Connor, F. Jameson, M. Bakhtin buscam discutir a existência de uma confrontação na evolução de valores pobres de sentidos, mas poderosos de significado ideológico que moldura nas sociedades o ambiente da aceitação dos signos. Estes signos sinteticamente modelados exteriorizam em seu leito histórico os valores das ações práticas dos indivíduos coletivos até as máximas conseqüências. Quer sejam produtos mercantis tangíveis ou sublimações das subjetividades individuais, progredindo ou regredindo em direção a uma estética moderna de consumo, apenas refletem ou refratam suas formas insaciáveis de produção cultural voltada para o consumo.

Connor (2000), em sua obra *Cultura Pós-moderna*, faz alusão a uma abstração, construída por Jean Baudrillard, com o intuito de aflorar a razão como fundamento empírico da própria história: “*Le Miroir de la production, ou l’illusion du Materialisme Historique*”. Nesta metáfora encontram-se contribuições que se referem aos diversos estágios históricos da genealogia do mercado e de seus elementos básicos identificadores, já apontados por Marx em sua “teoria da metamorfose da mercadoria”, ou o valor de troca, sob a forma de agência indutora das diversas fases do desenvolvimento do espírito humano. Vale, no entanto, citar que o intuito de Connor é apontar a polêmica inovadora construída naquela metáfora, sobre a teoria de Marx.

Nesse mesmo ambiente filosófico, Marx e Engels, no Manifesto Comunista de 1848, tecem extraordinários elogios à fase do desenvolvimento da produção industrial, quando tudo é mercadoria a ser vendida ou trocada no mer-

cado, porque dela advém os impulsos do progresso material, mas alertam para os grilhões que esta base material estaria construindo para o espírito humano. Weber (1971), em um momento de contemplação ou provavelmente angústia, não muito distante de Marx, compreendeu o significado desta “racionalidade” que se instalava com vigor, porém como expressão de uma problemática do mundo moderno.

*O destino do nosso tempo é caracterizado pela racionalização e intelectualização e, acima de tudo, pelo “desencantamento do mundo”. Precisamente os valores últimos e mais sublimes retiraram-se da vida pública (Weber, 1971, p. 182).*

Em estudos inconclusos sobre a teoria da subsunção, Marx tentou formular dois modelos possíveis da existência desse fenômeno nas relações sociais: a subsunção formal e a real. Mais tarde, G. Lukács (1982) e C. Napoleoni (1980) aprofundaram os estudos dessa teoria, apontando sua plenitude de desenvolvimento, no momento em que as qualidades sensitivas abstratas, como amor, bondade, ódio, paixão, sentimentos em geral, bem como as expressões artísticas e o próprio conhecimento, anteriormente imunes às operações de compra e venda, entram no domínio do valor de troca. A alusão de Marx sobre a “corrupção geral” e de Weber sobre “*os valores últimos e mais sublimes desaparecerem da vida pública*” referem-se à penetração do mercado no domínio dos valores íntimos do espírito humano e da cultura, a qual equivale ao capitalismo centrado na efemeridade e na lógica da indústria cultural, respectivamente estudados por Adorno/Horkheimer e F. Jameson.

Os valores culturais do capitalismo, subordinados a esta lógica, permeiam toda a rede de forças naturais, sociais, culturais, todas as linguagens e códigos do ser moderno.

É justamente neste aspecto que as idéias do homem em sociedade transmutam a natureza das produções tangíveis e como todo corpo físico passam a fazer parte de uma realidade social. Uma vez transformadas em produtos de consumo refletem outra realidade exterior. Assim, a cultura não só plasma as

formas de produção, mas viabiliza a submissão e a exploração. Historicamente, são estas singularidades que dão sentido ao homem em sociedade, aflorando em suas identidades particulares, identificadoras de cada época, em cada cultura ou povo o ambiente encarnado e, por conseguinte, um universo empírico de estudos.

Alguns estruturalistas radicais da França dos anos 60, tentando diagnosticar a vida contemporânea, entenderam como uma nova razão social: a “sociedade do espetáculo”. Para eles, antes de tudo, o produto material era apenas imagem. Para Baudrillard e Bourdieu, por exemplo, a atividade econômica estava subordinada à cultura, afirmando que a explosão e aceleração de mercadorias culturais, imagens sociais ou signos produzem uma “economia política do signo”, a “operacionalização geral do significante”. O significado foi abolido para o único proveito do jogo de significantes, numa forma generalizada na qual o código já não se refere a nenhuma “realidade” subjetiva ou objetiva, mas a sua própria razão.

Dotado de uma respeitável lógica, este pensamento não pode prescindir da indispensável necessidade de se zelar pela associação dele às particularidades históricas de cada cultura ou de cada povo. Neste aspecto, o importante é tomá-lo como parâmetro conceitual, resgatando, porém, os valores abstratos que dão sentido à ordem competitiva de cada sociedade.

Assim, atualmente não se exige que os signos tenham contato verificável universal com o mundo que supostamente representam. Eles se avizinham apenas de uma simulação do particular. No entanto, os signos, enquanto sínteses vivos das abstrações ideológicas, não só fazem parte de uma realidade, senão refletem e refratam uma outra realidade, podendo distorcer, ser fiel ou apreendê-la, estando, assim, sujeitos a critérios de avaliação ideológica, os quais estão providos das dimensões históricas de cada sociedade. Neste aspecto, poderíamos distinguir algumas dessas dimensões:

Uma delas seria aquela em que o signo é reflexo de uma realidade básica: pode ser a linguagem referencial ou científica, produto do conhecimento burguês.

Outra, o signo “mascara e perverte uma realidade básica”, como a ideologia, que com a falsa consciência impede as pessoas de verem sua alienação ou exploração.

Na terceira, o signo mascara a ausência de uma realidade básica: os iconoclastas, por exemplo, temiam e desprezavam imagens da divindade, visto que as imagens representavam a ausência da própria divindade.

E por fim, quando o signo não tem relação com nenhuma realidade, ele é o seu próprio simulacro. Para isso, entretanto, o signo precisa ser compreendido e ser relacionado com outros, embora alcançando um vazio da realidade, como explica Bakhtin: compreender um signo consiste em aproximar o apreendido de outros signos já aprendidos, ou seja, a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos. Essa cadeia de criatividade e de compreensão ideológica desloca-se de uma referência simbólica para outras referências, passando a ser o elo da natureza do conteúdo para outro elo de natureza estritamente idêntica.

Essa cadeia ideológica estende-se de consciência em consciência, ligando umas às outras. Desse processo de interação emergem os indivíduos em sua razão pública, mas a própria consciência individual está repleta de signos que permitem a autocompreensão e a auto-aceitação; é neste caso a materialização da *lebenswelt* enquanto racionalidade contida em todas as instâncias do próprio “mundo da vida”.

Então, a consciência só se torna ela própria quando impregnada de conteúdo ideológico, fundada e fundante do processo de interação social. Neste aspecto poderíamos afirmar que a vida contemporânea foi desmontada e reproduzida num escrupuloso *fac-símile*, como uma reprodução pelo pânico do real ou daquilo que lhe é referencial, ou de objetos e experiências manufaturados que tentam ser mais reais do que a própria realidade ou, nos termos de Baudrillard,

“hiper-reais”. É a abolição do real, não pela destruição senão por meio da sua assunção, da sua elevação à força de modelo; é o modelo absorvendo o real enquanto realidade edificada num mundo virtual.

Cada campo da criatividade, quer seja para a construção ou desconstrução, coincide com modelos de dominação, tendo sua existência, na esfera ideológica, diferenças profundas, pois o domínio se dá através da capacidade sugestiva da representação dos símbolos propagados, quer sejam religiosos, seculares, científicos ou folclóricos circulantes, ou seja: rotineiros na esfera do senso comum, disponibilizando suas próprias funções no conjunto da vida social, orientando e refratando à realidade a sua própria maneira. Uma realidade que se faz presente mesmo que esvaziada de sentido ontogênico, mas sempre uma realidade ideológica ordenadora das ações práticas.

## Razão e interação nos nossos valores simbólicos

Fruto de sua própria razão histórica, na facticidade do Brasil cotidiano, as representações dos signos que dão suporte às ações, orientadoras do comportamento coletivo, exteriorizadas nas expressões simbólicas, o novo e o velho, o atrasado e o moderno, o ético e o não-ético se confundem, enquanto uma unidade de representações lícitas na esfera do poder público. Os fins justificam os meios e a compreensão maquiavélica da *virtu*, enquanto a realização do “dever”, passa a ser uma expressão de valor, apenas, na representação simbólica do *condottiero*. Esta realidade plasma e dá sentido a todos os modelos de organização em nossas instituições.

Vale resgatar alguns elementos da gênese de nossa cultura a fim de entender quais os suportes simbólicos que dão sentido aos nossos valores subjetivos, orientadores das ações práticas. Assim é possível perceber que os valores negativos, enquanto razão pura, são, regularmente, associados e assimilados como positivos no exercício da razão prática.

Neste aspecto a comunicação é o *locus* privilegiado para se perceber a aceitação desta razão que aflora tanto na distinção da arte, e não poderia deixar de ser, uma vez que a arte de um povo é a síntese dos valores materializados na representação plástica, quanto no exercício das ações do homem público. No *Auto da Compadecida*, Ariano Suassuna nos oferece uma concepção (utilizando-se da linguagem gramsciniana) de forma fantástica e artística, na qual se fazem presentes os elementos doutrinários, estes racionalmente orientados pelas tradições, incorporam-se no homem-massa que se representa plástica e “antropomorficamente” nos símbolos da vontade coletiva. Na obra de Suassuna, o “herói civilizador” não se constitui como porta-voz e agente dos valores positivos, mas, ao contrário, as ações por ele realizadas, consideradas sábias, positivas e obviamente aceitas, só são assim entendidas porque os valores nos quais as práticas estão plasmadas são fundamentalmente negativos: – a falcatura vence, a mentira convence, o ludibriar edifica. Neste caso, é possível se conceber que os signos ideológicos são também fragmentos de uma realidade histórica, tendo sua encarnação material na poética da música, da literatura e das demais representações plásticas e assim estão também encarnados e esculpidos nos sentimentos de valores do homem público brasileiro.

No “mundo da vida” do Brasil hodierno, ou a sua própria racionalidade do ideal de social, enquanto razão histórica assemelha-se a um périplo de tempo passado, ao aparecer já não se pode dizer que existe, devido ao frenético desejo simulado de produzir representações das massas conferindo-lhes identidades, opiniões e desejos sedimentados na luz consumida. Nossa sociedade, no momento em que se vê diante de um “imperativo categórico”, parece exercitar um desejo contido, no qual a síntese se configura no processo de sepultamento do social sob uma simulação do próprio social, mesmo que esta na aparência seja publicamente rejeitada ou, enquanto essência, compreendida como negativa. Exemplos bastante claros seria inoportuno analisá-los aqui. Apenas para lembrar podemos citar expressões-síntese dessa realidade: “Nós abolicionistas, às vezes, parecemos ter saudade da escravatura. J. Nabuco”; “Provavelmente somos a única nação do mundo onde a oposição torce para o país dar errado, D. Neto”. E, por fim, a mais trágica das ironias: o governo e seu partido, dito

dos trabalhadores, socialista, de esquerda ou mesmo progressista, ardorosos defensores, em todas as formas de expressões e de elaborações simbólicas, da superação dos entraves da tradição, com a pretensão de ampliar o poder e nele estabelecer a busca da modernidade, recorrem ao uso dos mecanismos mais tradicionais da política nacional. Praticam-na em sua forma mais esdrúxula mediante financiamento de recursos politicamente espúrios, aqueles partidos mais reacionários e representantes das mais perversas tradições. E, o que é pior, aglutinadores de políticos publicamente comprometidos com ações moralmente duvidosas e algumas escancaradamente imorais.

O processo da definição e assimilação de valores é teórico e prático ou prático-teórico, por isso quando as forças sociais subalternas se apropriam da interpretação dialética da “desagregação” social, os impasses subordinados à lógica e alta ou baixa estima se aguçam e entram em andamento, orientando as práticas e as fantasias do povo. Nisso residem as forças propulsoras da negação ou afirmação do porvir. Neste caso, quanto mais a realidade do social se esvai, mais aparece a simulação da mesma: – A baixa estima alude à angústia e ela toma dimensão titânica na alma do poeta, o *entzauberung* leva-o à solidão e no desencanto da plasticidade poética aflora o encanto e, por que não, a aceitação que endossa o alentar-se no passado. E, neste aspecto, encanto e desencanto, que em curtos interstícios de tempo se sucedem em nossa sociedade de forma tão simétrica, consolidam-se historicamente como sendo faces opostas de uma mesma moeda.

*De mais a mais, a guinada lingüística colocou o filosofar sobre uma base metódica mais segura e o libertou das aporias das teorias da consciência. Neste processo configurou-se, além disso, uma compreensão ontológica da linguagem, que torna a sua função hermenêutica enquanto intérprete do mundo, independente em relação aos processos intramundanos de aprendizagem e que transfigura a evolução dos símbolos lingüísticos inserindo-os num evento poético originário (Habermas, 2000a, p. 16).*

João Cabral de Melo Neto consegue configurar a compreensão ontológica pela linguagem e a torna meio e função hermenêutica. Na condição de intérprete do mundo da vida, transfigura a evolução dos símbolos, inserindo-os num evento poético originário. Nele a realidade intrínseca a um passado que permanentemente se faz presente nos “*processos intramundanos de aprendizagem e que transfigura a evolução dos símbolos*”. Vejamos:

#### Auto de Natal Pernambucano

O meu nome é Severino,	Como há muitos Severinos	Mas isso ainda diz pouco	...Com nome de Severino filho de tantas Marias
Não tenho outro de pia.	Com mães chamadas Maria,	Há muitos na freguesia,	... Somos muitos Severinos
Como há muitos Severinos,	Fiquei sendo o de Maria	Por causa de um coronel	Iguais em tudo na vida
Que é santo de romaria,	Do finado Zacarias,	Que se chamou Zacarias	
Deram então de me chamar		e que foi o mais antigo	
Severino de Maria;		Senhor desta sesmaria.	

(João Cabral de Melo Neto, 1970).

## Oratórias subjetivas, distinções objetivas nas simbologias vivenciadas nos Severinos

Neste canto, que João Cabral de Melo Neto denominou “Auto de Natal Pernambucano” duas representações simbólicas, contidas em nossos sentimentos, afloraram com vigor no momento político que recentemente vivenciamos. Se na poesia a estética do belo ou do extraordinário toma consistência, na vida a cruel precisão torna-se quase cartesiana. A primeira, sobre a realidade histórica do homem Severino, o eterno retirante, porém territorializado por signos das “terras” nordestinas. A outra representação se dá pela semelhança ao primeiro Severino, de sobrenome Zacarias, sendo a gênese de tantos Severinos, os quais se distribuíram espacialmente e se ressignificaram enquanto representação histórica; porém assentados nas velhas tradições; e, os signos que alimentam

as suas existências parecem ter evoluído apenas enquanto enobrecimento da linguagem contemporânea: Chamam-se Sua Excelência. Não são, naturalmente, filhos descendentes de uma mesma territorialidade, mas se assemelham em essência e afloram enquanto símbolos a uma mesma razão histórica, ou seja, a representação síntese de nossa facticidade, ou configuração subjetiva do nosso “Mundo da Vida”.

Toma-se, por exemplo, a opção encontrada pelos representantes da Câmara Federal, quando elegeram o seu presidente para o biênio 2005/06. Associar a este fato a compreensão de que se trata do terceiro maior nível político na representação nacional, pois na ausência do presidente e do seu vice, é o presidente da Câmara dos Deputados quem passa a assumir o cargo de representação máxima da nação, percebem-se as semelhanças dos Severinos. Neste caso, no entanto, exige-se um pouco de cautela para ser entendido. A semelhança que se tenta resgatar diz respeito à complementaridade dialética entre partes diferentes que se combinam numa unidade simbólica da consistente tradição nacional. Um dos Severinos de João Cabral de Melo Neto é filho direto da sociedade civil. Entregue a sua própria sorte e levado por sua condição subumana, vive a negação de sua cidadania. Desprovido de tudo, tem como signo aquelas representações de crenças que o faz seguir o leito do Capibaribe para desaguar com ele nos manguezais do Recife e dividir espaço com os caranguejos. Faltam-lhe os direitos mínimos que um indivíduo cidadão deveria ter. Por consciência tem apenas a compreensão de que se “*morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte, de fome um pouco por dia*” e, assim, a sua materialização simbólica do “homem Severino” se faz constituída. Aqueles Severinos Zacarias, no entanto, que deram origem a esses Severinos, e que não são norteados pelo “leito do Capibaribe”, senhores legítimos do poder de mando e também legítimas representações da sociedade política não poderiam, por dever de ofício, em suas dessemelhanças, materializar com tamanha precisão o histórico complemento do todo; para ser mais claro, em suas dessemelhanças serem tão semelhantes. Eles, porém, por consciência exteriorizada em suas condutas públicas, parecem zombar da simbólica pretensão histórica recitada pelo Estado/Nação: – “*Deitado*

*eternamente em berço esplêndido ao som do mar e à luz do céu profundo*”, constroem, no entanto, nesta razão um direito individual e encarnam a legitimação do Severino Zacarias. A pretensa construção do símbolo de glórias e de conquista nacional voltado para a construção de direitos de um berço esplêndido, porém público, orientador de comportamentos subjetivos justificadores desses fins, se esvai num sentimento coletivo de apatia, de aversão e até mesmo de um chiste. O discernimento inverso toma sentido e o indivíduo singular coopta para si a construção simbólica que originalmente teria sido concebida como indutora de uma razão pública estatal.

Em nosso “mundo da vida” a realidade é encarada como algo inerente a um auto-entendimento coletivo no qual, predominantemente, se encontra alicerçada apenas uma idéia de compaixão ou, em síntese, como estática “recordação de vergonha”.

No caso, só a autoconsciência dessa realidade levaria a uma redefinição e, neste aspecto, ela teria de estar assentada na autocompreensão política caracterizada, essencialmente, pelo discernimento da tradição. Só assim poder-se-ia superar esta realidade, o que parece estar, ainda, longe da auto-reflexão. “O valor da força inútil e fraca da solidariedade perde-se quando a auto-relação se autonomiza de forma narcisista e quando o monumento é transformado numa recordação de vergonha” (Habermas, 2000b, p. 65).

Em dois momentos políticos, no Brasil contemporâneo, a sociedade optou de forma clara e, se é possível dizer, também consciente, pelo pior. No primeiro momento, a História já mostrou o erro e exigiu autocrítica, ou seja, o auto-entendimento. Foi naquele trágico momento em que o Brasil se deparava com opções de valores simbólicos positivos e ideologicamente espalhados no tecido social como: éticos, morais, capacidade comprovada, tradição de engajamento político, democráticos comprovados, etc. Refiro-me, no caso, ao processo eleitoral de 1989, no qual as históricas representações políticas, como Ulysses Guimarães, Mario Covas, Leonel Brizola, Luiz Inácio Lula da Silva, entre outros, em suas respectivas singularidades, eram difundidos e aceitos na consciência ideológica do homem massa como possuidores desses valores. É claro que não

está em questão se tais valores, contidos na consciência pública, eram ou não verdadeiramente reais naqueles representantes políticos. É, no entanto, certo que esses valores, compreendidos na esfera pública, eram reais enquanto senso comum e era perceptível a existência dessas convicções no homem massa.

Neste aspecto o que está em questão não é a verdade desses valores em sua natureza pura, mas sim a “verdade” construída e fixada no inconsciente coletivo enquanto identidade simbólica. É este inconsciente que, se assentado em bases de valores públicos positivos, explorados midiaticamente, passa a ser lícito aos partidos políticos modernos e estes podem assenhorear-se desses valores historicamente legítimos enquanto realização do dever-ser. A coletividade, porém, aglutinada em torno de bens simbólicos, nos quais a nitidez não permitia definição clara, irmanada pelos meios de comunicação de massa e com o endosso das representações políticas e econômicas tradicionais, resolveu optar por uma clivagem de valores assentados em elos politicamente indefinidos, porém claramente tradicionais para tal fim, como: juventude, intelectualidade, beleza física, coragem pessoal. Tão claros e predominantes eram eles que o vencedor mereceu a classificação “honrosa”, tragicamente irônica do presidente dos Estados Unidos da América de o “Indiana Jones” classificação muito bem aceita pelos nossos “Zacarias gêneses”.

Desta forma, mais uma vez é possível se perceber o resgate, numa mesma figuração, da existência de dois signos distintos, aflorados em representantes de sociedades diferentes, para darem consistência à representação de um mesmo poder político (signos que resgatam signos, segundo Bakhtin). Se, no entanto, um buscava o endosso da distinção no aventureiro, desbravador, moderno argonauta em um absurdo mundo fictício, o outro endossa o poder no aventureiro representante dos valores irracionais do individualismo ontológico. Em ambos os heróis civilizadores, simbolicamente construídos, a apropriação dos sentidos foi provida das respectivas *Lebenswelt*. Para Bush o signo distinguido era o herói desbravador das terras fictícias que buscava apenas a aventura num mundo que

não era o seu. Para o ‘nós’ coletivo o que se fez “senhor civilizador” significava, enquanto signo aglutinante da aceitação coletiva, os “valores estéticos” da individualidade heróica.

O segundo momento, bem mais atual, refere-se à eleição para presidente da Câmara dos Deputados, biênio 2005/06, na qual a sociedade política, também diante de clarezas ideológicas bem definidas como: direita, centro direita, esquerda, centro esquerda, liberais, não liberais, as quais são, indiscutivelmente, lícitas a uma democracia moderna, optou pelo indefinido, ou pior, definido entre seus próprios pares como sendo representante direto do “baixo clero”. Neste aspecto vale ressaltar que a expressão baixo clero, resgatada, difundida e bastante utilizada por nossa sociedade política, significa não um valor em si positivo, mas um antivalor. Assim, é lícito dizer que foi uma opção negativa consciente. Neste caso, é indiscutível a compreensão de que tal opção política, enquanto identidade subjetiva, que determinou a ação para obtenção de um fim, foi orientada por valores desprovidos de qualquer natureza ética e demais valores públicos, por que a opção estava assentada no discernimento consciente do pior para a esfera pública e melhor para os indivíduos representantes do poder Legislativo. Neste contexto torna-se absolutamente indispensável lembrar que a orientação do voto foi dada pela elite, intelectual e econômica, aglutinada nos dois partidos – PSDB e PFL – que se encontravam na oposição.

Cabe aqui destacar que o segundo momento da opção política apresentou elos culturais com a tradição bem mais preocupantes que o primeiro. Na eleição presidencial de 1989 o inconsciente coletivo, preso a sua tradição cultural, desprovido de qualquer senso crítico político, estava apto a ser conduzido pelos interesses tradicionais dominantes. Os valores estéticos, por exemplo, poderiam ser aflorados e servirem de lastro a uma opção política, e mesmo sendo esses valores estéticos extremamente duvidosos, poderiam servir de âncora, com a ajuda da mídia, para aglutinar uma identidade e sintetizar anseios individuais, mesmo que, no caso, a distinção do helênico contido no inconsciente coletivo era, de fato, um absurdo. No segundo momento, porém, não podemos falar de orientação midiática, tampouco da ausência de consciência política, mas sim de

uma perfeita e consciente vontade dos interesses privados até então contidos, ainda que desprovidos de valores simbólicos positivos, pois o voto vitorioso foi dado, segundo a própria massa votante, ao símbolo edificado na razão: baixo clero.

Esses dois seres bastante materializados na nossa gênese histórica, simbolicamente protagonizados nos Severinos e Zacarias de sobrenome, irmanados numa razão dialeticamente complementar, encontram-se em clivagens sociais tão distintas, à razão do êxito da tradição sectária. Por isso, Severino busca na pergunta, o medo – *E quando é fundo o perau – por que ao puxão das águas não é melhor se entregar?* – Zacarias encontra no medo, o encanto. *O mar de nossa conversa – precisa ser combatido – sempre de qualquer maneira – por que senão se alastra – e devora a terra inteira (idem).*

Projetando a lógica dos símbolos como o ambiente que plasma o estereótipo das ações públicas, a representação do poder político como parte da realidade estende-se à lógica do simulacro ou hiper-realidade. Na política, os opostos são interdependentes e com um extraordinário poder de eficácia, mesmo que assimétricos; a autoridade depende da subversão, assim como esta daquela. Exemplificado com construções de ícones ainda mais recentemente arquitetados, poderíamos resgatar a tentativa da associação da ética pública como símbolo nato do PT – Partido dos Trabalhadores.

No início da multiplicação dos escândalos mais recentes na esfera do Executivo e Legislativo, representantes da sociedade política no poder ousaram interpretar como obra de extremistas de esquerda, de provocadores de extrema direita ou das elites e, até mesmo, de uma imprensa sensacionalista desejosa de desacreditar a associação da moralidade pública enquanto ícone nato do partido político no poder. Deixou-se de lado a probabilidade real de que a ânsia de poder, subordinada à sua gênese tradicional, difundiu-se com tamanha precisão e uniformidade que o ícone estandarte foi neutralizado por inteiro. O problema fundamental, no caso, não é o poder nem talvez o medo de

perdê-lo, mas os signos que elaboravam os novos fundamentos, assentados na modernização conservadora, os quais estavam prestes a fenecer nas mãos dos seus próprios arquitetos.

Para melhor entender isto enquanto o “mundo da vida” em nossa sociedade e como ele se constrói, é imprescindível o discernimento da razão histórica, pois o sentido dos valores está objetivado na pretensão de realização dos interesses sociais.

As leis dessa realidade são as leis dos conteúdos simbólicos contidos nas ações comunicativas, diretamente determinados pelo conjunto das leis sociais e econômicas. A realidade ideológica é uma superestrutura situada imediatamente acima da base econômica. E a consciência individual não é o arquiteto dessa superestrutura ideológica, mas apenas um habitante do edifício social de signos ideológicos. Assim, a vida é inserida numa realidade fabricada na razão histórica onde o indivíduo é apenas um modelo fabricado, simulacro da realidade por um “nós mesmos” modelados. Sem se distanciar de Habermas, Gramsci, em *O Moderno Príncipe*, inicia sua análise alertando que:

*O processo de formação de uma determinada vontade coletiva, para um determinado fim político, é representado não através de disquisições e classificações pedantescas de princípios e critérios de um método de ação, mas como qualidades, traços característicos, deveres, necessidades de uma pessoa concreta, tudo o que faz trabalhar a fantasia artística de quem se quer convencer e dar forma mais concreta às paixões políticas (Gramsci, 1968, p. 20).*

Neste mesmo episódio crucial da vida pública o senador da República, nacionalmente identificado como um político associado à moral e à ética, em busca da “pretensão de validade” ou, “dar forma mais concreta às paixões políticas” em seu discurso na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI Dos Correios), dirigindo-se ao parlamentar Roberto Jefferson, então investigado por diversos crimes, incluindo corrupção ativa, desvio do erário, formação de quadrilha e outras improbidades, afirma euforicamente:

*“Queria deixar um abraço pela sua competência e manifestar que seu depoimento no Conselho de Ética foi a peça mais bonita que eu vi em toda a minha vida no Congresso Nacional, pelo conteúdo e pelo brilhantismo. O senhor está fazendo um bom serviço”, disse o senador Pedro Simon (PMDB-RS), que até propôs que o mandato do petebista não seja cassado se ele contar tudo o que sabe (Folha de São Paulo, 2 de julho de 2005).*

Com o intuito de resgatar a aceitação pública e a representação de poder político, valores como a moral e a ética, que deveriam se encontrar associados à natureza desta representação e orientar o comportamento público, subvertem-se. Com isto, esvaem-se, e no imperativo categórico de seus sentidos e *“a peça mais bonita que eu vi em toda a minha vida no Congresso Nacional, pelo conteúdo e pelo brilhantismo”* assume a representação de símbolo positivo, com a finalidade de realizar a aceitação e incorporar a consciência do dever cumprido; neste caso, torna-se a base de uma laicização completa que se distingue como fundamento da razão e do poder.

Os símbolos tomados como fontes de distinção e aceitação públicas foram resgatados a partir da razão histórica, na qual tenta-se romper a unidade baseada na ideologia tradicional sem que, no entanto, a ruptura venha a orientar a formação de força que possa vir adquirir consciência na nova personalidade histórica, independente e dissociada da tradição.

*A ética do Discurso não dá nenhuma orientação conteudística, mas sim um procedimento rico de pressupostos, que deve garantir a imparcialidade da formação do juízo. O Discurso prático é um processo, não para a produção de normas justificadas, mas para o exame da validade de normas consideradas hipoteticamente (Habermas, 1980, p.148).*

Nossa consciência, consubstanciada nessa realidade, espria-se na encarnação prática desses signos, adquirindo uma consistente forma de existência, a qual, organizada e anelada com os prepotentes interesses da individualidade desprovida de sentido público, integra-se em relações sociais, alimentando através da comunicação a interação semiótica dos grupos sociais. A imagem,

a palavra, o gesto significante, constituem um significado em si, desprovido da objetividade concreta e do discernimento do real. Fora dessa realidade há apenas o simples ato fisiológico não esclarecido pela consciência, uma vez que ele é desprovido de sentido que a racionalidade moderna poderia lhe conferir. Somos levados a entender o inverso do pensamento de Bakhtin; não é uma simples questão de causalidade e muito menos de causalidade mecanicista que une ou vincula a relação entre os valores fundantes da superestrutura mas, sim, um complexo sistema de valores psicologicamente construído num equivalente concreto, o qual a Filosofia denomina de solipsismo; isto é, as atitudes consistentes da afirmação que o eu individual de que se tem consciência, com as suas singularidades subjetivas, é que forma toda a realidade e verdade incontestes.

## Concluindo

As linguagens, por serem possuidoras de um complexo sistema de sentimentos ideológicos, respaldam as particularidades do universo social decomposto, assumem conteúdo e forma singulares para a exteriorização dos bens simbólicos. Esses, quando difundidos pelos meios de comunicação por consequência, passam a ser produtos intangíveis, ou valores que orientarão as sociedades para a realização dos seus interesses.

Formatados nos mais variados modelos de expressão e condutas estabelecidas nas relações sociais, esses bens, apresentados como produtos circulantes de valor agregado, tendem a se universalizar, uma vez que estão respaldados em linguagens universais. Os cantos, os ritos, as danças, a crença e, até mesmo as gôndolas dos supermercados que objetivam o consumo, naturalmente igualam-se em um curso inexorável de afunilamento dos interesses e significados sociais. Ocorre, no entanto, que as adjetivações usuais empregadas, quer seja globalização, modernidade ou mesmo pós-modernidade, como alguns já ousam denominar, são mecanismos portadores de lógicas diferenciadas e com especificidades próprias, tanto nas ordens particulares das instâncias que definem os espaços regionalizados quanto nos interesses universais que tentam

pretensamente romper com a lógica histórica contida nas condutas singulares dos Estados nacionais. Neste caso é necessário, de imediato, resgatar, evidentemente, alguns fundamentos básicos que distinguem a natureza da cultura brasileira e que estão sendo contestados e claramente redefinidos, incorporando como consequência novos valores, novos conteúdos e significados, apresentando-se, então, como uma aparente contestação da importância dos nossos tradicionais valores. Nesse sentido, as características de conteúdos econômicos e ideológicos que as sociedades, agrupadas em Estados ou em blocos regionais, vêm oferecendo a esta lógica, são bastante distintos, e as semelhanças conceituais existentes dependem do grau de desenvolvimento econômico em que cada uma delas se encontra, ou da interação histórica que o Estado-nacional desenvolveu ao longo da história.

Há evidências claras de que a natureza histórica que respalda as condutas dos Estados, como organizadores dos espaços, reguladores das ações sociais e do provimento do bem-estar e, até mesmo, o da responsabilidade, pelo monopólio da força, está aceleradamente se redefinindo em direção a um esmaecimento. Inversamente a este movimento posto em curso, no entanto, intensificam-se as responsabilidades e os interesses específicos contidos no universo conceitual das nações, que são, enquanto ordenamento das fronteiras de interesses e dos espaços culturais, veículos da definição e redefinição de papéis, capazes de zelar pelas distinções e identidades regionalizadas. Neste caso, novas visões de mundo com extraordinária capacidade de ordenamento social, respaldadas em valores ideológicos reificados em imagens semi-autônomas, estão tomando formas históricas. Daí ser este o momento em que os agentes da esfera privada, enquanto engrenagem do processo unificador, estariam colocados em primeiro plano, na função de componentes ativos que permitem estabelecer uma ponte entre as imagens da fantasia expressa nos bens simbólicos e o mercado, que passa a dinamizar esse processo, em muitos aspectos, secundarizando ou mascarando a presença das instâncias políticas. Assim, se no princípio, aparentemente, teria sido o Estado o indutor de papéis econômicos da lógica globalizante, atualmente é a Nação, enquanto razão histórica incorporadora das novas fronteiras simbó-

licas, que passa a ser expressão, forma e conteúdo vivo da contemporaneidade, assumindo o papel de elaborar novos sentimentos reificados da esfera pública, ou instâncias civis, existentes no seio das sociedades modernas.

Observando-se esta tendência universal, sobretudo nos países economicamente mais desenvolvidos, onde o grau de organização das instituições é mais complexo e definido, o poder burocrático administrativo define-se com mais clareza e, até mesmo, com maior poder de orientação nas condutas políticas. Diante disso, as demais instâncias civis, dotadas de valores éticos, morais e ideológicos transparentes e de fronteiras do querer significativamente claras, intensificam as atividades de vigilância. Impõem, assim, ações e comportamentos públicos previamente definidos em convenções sociais, aumentando a pressão para o exercício de uma democracia participativa, genericamente denominada de “ação republicana”, dando respaldo a uma convicção de igualdade assentada na equidade social. Espraia-se, então, como convicção universal a exigência do respeito aos interesses públicos atomizados no tecido social.

Em sociedades como a nossa, todavia, nas quais predomina a lógica dita de capitalismo tardio, a fragilidade e a dubiedade no que dizem respeito aos recursos de natureza ideológica assumem uma conotação de valor positivo. Conseqüentemente a cultura, ainda carente do discernimento em todas as ordens, e sentido de cidadania, fica submissa ao crescente envolvimento das burocracias política e administrativa, as quais, com o pretense intuito de organizar as funções ditas modernas, institucionalizam-se como burocracia pública, porém aneladas aos interesses privados, sem o caráter ético profissional. Na ausência de uma sociedade civil atuante e orientada por um querer indefinido e de partidos políticos de caráter ideológico igualmente indefinido, esta burocracia tem como uma possibilidade sombria a tendência a se transformar, no exercício de suas funções, em um poderoso núcleo de poder político privado.

A intensidade com que a burocracia se operacionaliza e se legitima em organizações fechadas e autônomas, normalmente apresentam seus discursos envolvidos por uma lógica democrática mas, não raro, transformam-se em braço civil e “legítimo” do poder político autoritário, apoiados, geralmente, na

associação acrítica dos meios de comunicação. Constrói-se nesta associação um extraordinário meio de persuasão social, inclusive porque os próprios meios de comunicação, na condição de sociedade civil de natureza mercantil, legitimam-se apoiados numa lógica pela qual às vezes se assemelham a mercado, às vezes a partido político sem caráter político definido.

A administração dos meios de comunicação, tanto burocrática, ou seja, seus funcionários assalariados, quanto os seus filósofos, os intelectuais orgânicos que dão condução ideológica e formal a estes empreendimentos, vivem permanentemente em conflito com a objetividade concreta da díade: globalização versus modernidade. A lógica globalizante, por vezes, contraria os interesses imediatos do Estado que lhes dá sustentação. Tais interesses são pautados num equilíbrio precário, entre uma casta burocrática, senhora de um discurso modernizador, e fortes segmentos da burguesia nacional, que voltados para os ícones do passado antagonizam a modernidade, cuja produção dos bens simbólicos encontram-se identificados e com o novo modelo ocidental. Assim o político alia-se aos valores retrógrados do permanente e do imutável, uma vez que é pela preservação do tradicional que o poder, em nossa cultura, apresenta-se estável.

É bem verdade que as formas de vida loco-globalizadas produzidas pelos valores inerentes à modernidade reinterpretam, na ordem social, todas as tipologias tradicionais. As condutas que são regidas pela modernidade são muito mais dinâmicas e representativas, com reflexos em grau e extensão que dinamizam a conduta social. Existe, no entanto, um elo formado por bens simbólicos e exteriorizado pela natureza da solidariedade mecânica, como pensava Durkheim, nas relações contidas na ordem social, possibilitando continuidade à existência do tradicional com características aparentes do moderno.

A intensidade com que os valores tradicionais assumem a dinâmica social, definindo as características da solidariedade mecânica entre os fatos sociais, com primazia na ordem social estabelecida, ou, inversamente, a intensidade destes valores ou bens simbólicos regidos pela solidariedade orgânica é que vai distinguir o caráter ocidental ou tradicional desta modernidade. Em ambas

as características existem continuidades entre o tradicional e o ocidental. A dinâmica assumida por um ou outro aspecto é que define a intensidade do curso histórico de cada sociedade para se perpetuar na tradicionalidade ou ingressar na modernidade ocidental, neste último caso a exacerbação da racionalidade plasmada na calculabilidade. No que diz respeito a este último aspecto, é indispensável esclarecer, mesmo de forma simplificada, que o entendimento de racionalidade aqui exposto está respaldado nas argumentações teóricas de M. Weber, isto é, aquela ação associada à noção de domínio do saber, resultado da especialização científica e da diferenciação técnica própria das sociedades orientadas pelos valores culturais inerentes à lógica ocidental. Neste aspecto, seria uma organização de vida com base em técnicas precisas entre os homens, com vistas a uma maior eficiência e rendimento. O exercício da racionalidade seria um feixe de valores orientadores de condutas graças à previsão que a ciência e a técnica asseguram por meio do cálculo das probabilidades e com os quais o homem consegue otimizar as relações exteriores. Habermas em uma das suas obras interpreta, sinteticamente, o conceito weberiano de modernidade como:

*Um feixe de processos cumulativos que se reforçam mutuamente: à formação de capital e mobilização de recursos ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho, ao estabelecimento de poderes políticos centralizados e à formação de identidades nacionais, à expansão de direitos de participação política, de formas urbanas de vida e a formação escolar formal, refere-se à secularização de valores e normas (2000c, p. 14).*

Nesse contexto, as sociedades que atualmente ainda se encontram predominantemente adormecidas nas conseqüências do chamado capitalismo tardio, normalmente imbuídas em interiorizar com a maior intensidade possível a lógica globalizante imposta pelo exclusivismo das relações mercantis, tendem normalmente a impor um ritmo inconseqüente de interiorização destes valores aos seus cidadãos. Criando e recriando novas “razões” nas relações estabeleci-

das entre os Estados e as regiões, estabelecem blocos de interesses específicos definidos em novas formas de subordinação nas relações tanto dos mercados de bens materiais como, e acima de tudo, nos dos bens simbólicos. Estes:

*Em vez de serem representações expressivas de uma substância tida por precedentes a eles, os signos culturais tornam-se agentes ativos em si mesmos, criando novas substâncias, novas formas sociais, novos modos de agir e de pensar, novas atitudes, embaralhando outra vez as cartas do “destino”, da “natureza” e da “realidade” social. É nessa margem que a cultura, aparentemente autônoma e apartada por inteiro, gira e se torna uma força social e material, um pote de significação que desacredita todas as reivindicações de bases substantivas fora da representação, descrédito que se aplica a instituições políticas, normas morais, práticas sociais e estruturas econômicas (Connor, 2000, p. 182).*

Este processo, em nossa sociedade, de “modernidade” posta em curso e que se distingue por uma extraordinária dinâmica, impõe mecanismos nas relações sociais inerentes à lógica genericamente chamada de globalização. Esta lógica conduz, orienta as transformações institucionais que historicamente tiveram suas origens sedimentadas na cultura ocidental. Por isso, é possível se entender que a modernidade, como forma de realização e redefinição dos espaços, é efetivamente a intensificação da racionalidade, do *modus vivendi* ocidental.

Para entender esta questão faz-se necessário considerar as várias características possíveis de serem analiticamente distinguíveis no processo de modernização em curso. Enquanto formas ou discursos específicos de organização das condutas sociais, a modernidade é o amálgama que dá forma à globalização enquanto um processo de desenvolvimento econômico desigual que tanto fragmenta como produz uma aparente homogeneização das formas de pensar e agir. As Ciências Sociais, enquanto forma elaborada de produção do saber e discernimento dos fenômenos historicamente dados, diante desta nova ordem que denominamos de globalização, exigem uma dupla circularidade: serem revisadas, mas também resgatadas em suas estruturas epistemológicas. Assim, pode-se perceber o duplo movimento dessa nova ordem global que, na

medida em que ocidentaliza e universaliza o discurso social, preserva valores distintos em diferentes espaços, tanto geográficos quanto sociopolíticos; sendo assim, apesar de globalizados como constituição do moderno, alguns, e, neste caso, os países economicamente subdesenvolvidos, resgatam a racionalidade ocidental mas produzem e sedimentam uma visão de mundo *Weltanschauung* em seu sentido amplo tradicional, na medida em que não só preservam os bens simbólicos tradicionais como se realizam por intermédio deles, identificando-se com valores próprios do passado.

Para um melhor esclarecimento poderíamos citar o relacionamento da comunicação, enquanto empreendimento econômico, e a política na esfera da representação. Nesse caso percebe-se que o relacionamento da comunicação com a representação partidária não se limita a uma interação para viabilizar a dimensão pública de caráter ideológico orientador do poder político. Apesar de, na linguagem, predominar um discurso que lembra e exterioriza a objetividade concreta da realidade socioeconômica, no uso das imagens e nos símbolos resgatados predominam valores e significados tradicionais, nos quais é o indivíduo, agente da linguagem, o senhor e produtor do fazer. A luta pelo domínio de um Eu visto no espelho mostra, neste caso, cada vez mais relevância. Isso ocorre porque é mediante esta simbiose que as características históricas e socioeconômicas assumem uma racionalidade extraordinariamente tradicional; no entanto, é por meio deste amálgama cultural, pautado em interesses mútuos entre poder de persuasão e poder econômico, que as sociedades tradicionais assumem suas próprias características.

Desta maneira a esfera política não constrói suas próprias fronteiras para a sua própria realização como atividade inerente à esfera pública de poder definido. O desenvolvimento dos modernos meios de comunicação, portador virtual do monopólio na formatação dos sentimentos, “corações e mentes” da esfera pública, atrai para si o interesse dos políticos, os quais se empenham, através do espelho das mídias, encontrar a auto-imagem que nunca perderam.

## Referências

- BAKHTIM, Mikhail; VOLOCHINOV V. N. *Marxismo e Filosofia da linguagem*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1970.
- CONNOR, Steven. *Cultura Pós-moderna*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2000.
- FOLHA de São Paulo. Sábado 2 de jul. 2005.
- GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. ddSão Paulo: C. Brasileira, 1968.
- HABERMAS, Jürgen. *Pensamento pós-metafísico*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2000a.
- \_\_\_\_\_. *Consciência moral e agir comunicativo*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Era das transições*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2000b.
- \_\_\_\_\_. *Discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2000c.
- LUKÁCS, George. *Estética I. La Peculiaridad de lo Estético*. Barcelona: Grijalho, 1982. 4v.
- NAPOLEONI, Cláudio. *O valor na ciência econômica*. Lisboa: Ed. Presença; Martins Fontes, 1980.
- NETO, João Cabral de Melo. *Auto de natal pernambucano*. Recife: Massagana, 1970.
- SUASSUNA, Ariano. *Auto da compadecida*. Recife: Massagana, 1990.
- WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

Recebido em: 18/7/2007

Aceito em: 28/11/2007